

# A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR A PARTIR DAS POLÍTICAS NACIONAIS

Marina Miri Braz, Marina Schnorr Grando,  
Rafael Pavan<sup>1</sup>

Eixo Temático: Estado e políticas públicas de educação  
Agência Financiadora: não contou com financiamento

## RESUMO

Esse artigo tem como objetivo revisitar teoricamente o conceito de Qualidade na Educação Infantil, bem como compreender as orientações e os indicativos de qualidade propostos nas Políticas Nacionais para as instituições desse nível de ensino. Os estudos pautaram-se nos seguintes aportes legais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB- 9394/96; o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 1999; Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil, 2006; Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil, 2006; Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças, 2009; e Indicadores da qualidade na Educação Infantil, 2009. É importante levar em consideração os elementos expostos nas políticas abordadas acima para poder elaborar propostas de trabalho de qualidade para este nível de ensino. Para a elaboração desse texto foi realizada uma revisão bibliográfica de importantes concepções de estudiosos da área, também foram feitas as análises dos documentos oficiais. Por fim, constatou-se a subjetividade do conceito de qualidade da educação, pois para definir este termo de maneira coerente é preciso levar em conta o contexto no qual a instituição está inserida, o momento sócio-histórico dos sujeitos envolvidos, além de outros aspectos que abrangem o espaço escolar.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil. Políticas públicas. Qualidade da Educação Infantil.

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente, os direitos das crianças estão sendo cada vez mais reconhecidos na sociedade, e o atendimento das mesmas em instituições de ensino vem sendo analisado, para que se garanta um ambiente saudável e favorável ao desenvolvimento das meninas e dos meninos atendidos.

Desde, que passou a ser vista como direito da criança, e não apenas recurso para as mães trabalhadoras, a educação infantil vem sendo discutida e modificada em âmbito

---

<sup>1</sup> Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Passo Fundo.

mundial. Não se espera das instituições que atendem crianças de 0 a 6 anos apenas o cuidado e a satisfação das necessidades básicas, e sim, integrado a isso, a educação e desenvolvimento integral das crianças, nas especificidades de cada faixa etária.

Assim, algumas questões relacionadas às ações de cuidar e educar, como o currículo ofertado, os cuidados básicos, a organização de tempos e espaços, os profissionais necessários, a formação dos professores, a participação da família e comunidade na escola são pontos de discussão para que se garanta uma oferta de educação infantil de qualidade.

A resposta a essas questões, do que se consiste uma boa oferta de educação infantil, é ampla e não pode ser tratada como verdade universal, já que depende do contexto onde cada escola está inserida. Afinal, o conceito de qualidade é subjetivo, depende do olhar de quem o conceitua e do momento sócio-histórico em que se vive.

## **2. COMPREENDENDO O CONCEITO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Segundo o documento “Indicadores da Qualidade na Educação Infantil” (BRASIL, MEC/SEC) o conceito de qualidade é elaborado por cada pessoa e depende de muitos fatores:

“... os valores nos quais as pessoas acreditam; as tradições de uma determinada cultura; os conhecimentos científicos sobre como as crianças aprendem e se desenvolvem; o contexto histórico, social e econômico no qual a escola se insere. No caso específico da educação infantil, a forma como a sociedade define os direitos da mulher e a responsabilidade coletiva pela educação das crianças pequenas também são fatores relevantes (p. 12, 2009)”.

Historicamente, com influências do pensamento iluminista e na busca pela ordem e pela maestria típicas da modernidade (Dahlberg, Moss e Pence, 2003), as instituições de educação infantil facilmente são vistas como prestadoras de serviço, e por consequência, a educação como o produto final.

Essa idéia traz consigo o risco de se esperar um resultado no atendimento da criança previsível e igual em qualquer parte do mundo. Desse modo, o conceito de qualidade seria “como uma verdade universal, isenta de valor e cultura, além de aplicável, de igual maneira, em qualquer lugar no campo em consideração: em suma, a qualidade é um conceito descontextualizado.” (Dahlberg, Moss e Pence, 2003, p. 128)

Nesse sentido, o próprio conceito de qualidade também é alvo de discussões atuais, no lugar do qual Dahlberg, Moss e Pence (2003) sugerem um olhar sob a perspectiva pós-

moderna, e propõem o discurso de *construção de significados*, justamente para dar conta do caráter subjetivo, social, contextualizado e baseado nos direitos e necessidades dos envolvidos na educação.

Assim, na busca por definir o conceito de qualidade na educação infantil, todos os profissionais das instituições que atendem crianças, deveriam se envolver na elaboração das propostas, construindo significados contextualizados com as suas necessidades e particularidades. Desse modo, serão constituídos verdadeiros fóruns sociais, onde crianças e adultos, de forma conjunta, se empenham na elaboração de propostas escolares, políticas e sociais que respeitem os direitos das crianças e almejem a qualidade da educação.

### **3. A CONSTRUÇÃO DA QUALIDADE NE EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DAS POLÍTICAS NACIONAIS**

Os estudos sobre o fenômeno educacional implícita ou explicitamente, parecem discutir, questionar e, no limite, apontar novos métodos, estratégias e meios para uma melhoria da assim chamada qualidade da educação. O mesmo vale para as políticas educacionais, especialmente no que diz respeito às chamadas “reformas educacionais” que ao menos no plano do discurso, justificam suas propostas e projetos com base na necessária busca da melhoria da qualidade da educação.

Neste trabalho procurar-se-á apontar os documentos e as políticas direcionadas para a educação infantil, que vem sendo suscitadas, desde o debate promovido pelo MEC, em 1994, quando se constitui no “I Simpósio de Educação Infantil”, uma mesa de debates, denominada “Qualidade na educação Infantil: uma perspectiva internacional”. Neste momento Rosemberg (1994), chama a atenção para a necessária discussão sobre as políticas desencadeadas no âmbito da educação infantil e a necessária discussão sobre o que é qualidade e os critérios de qualidade na educação infantil.

Rosemberg aborda o conceito de “equidade” como sendo um dos eixos para pensar a qualidade da educação infantil:

Esse eixo - o da equidade - como fundamental para definir metas e critérios de qualidade, nos afasta dos modelos importados do mundo comercial, como afirmam Pfeffer e Coote (1991). Tocar nesses modelos, hoje é importante por conta da avalanche de seminários, produções sobre qualidade e/ou qualidade total que vem invadindo o país. Os modelos criticados por Pfeffer e Coote são: o tradicional, o científico, o da excelência e o conservista. Talvez dentre eles, no Brasil, o mais

difundido seja o tradicional, que visa prestígio e posições vantajosas. Ele é perceptível, por exemplo, em toda creche, seja pública ou conveniada, que, ao ali se entrar tem-se a sensação de um cartão de visita: para mantê-las as regras são autoritárias, o espaço e pensado para o visitante. Ele está presente na ampliação de vagas, na extensão da oferta de creches para engrossar estatísticas de atendimento a custas da redução do per capita. Ele está presente, quando o programa de creches responde a fins eleitorais, construindo-se prédios que mais se parecem com outdoors. Quando, ao invés de investir na melhoria da qualidade de programas já existentes, se criam novos programas com nomes pomposos para marcar a nova administração (1994, p.155).

Destaca-se, que neste momento, não será feita uma análise aprofundada sobre as políticas para a educação infantil, no que diz respeito a questão da qualidade, mas sim, estabelecer uma compreensão acerca do conceito e critérios de qualidade emitidos por estes documentos no Brasil.

No final da década de 90 e início do ano 2000, marcou-se significativamente o avanço das conquistas dos movimentos sociais em prol da educação infantil, entre eles o MIEIB, juntamente com as universidades brasileiras que vem contribuindo para o avanço e conquista das políticas para a educação infantil. Destacam-se os seguintes documentos: RCNEI (1998), DCNEI (1999 e 2009), Padrão de Infraestrutura na educação infantil (2006), Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), a Pesquisa sobre a Qualidade na Educação Infantil e Os Indicadores de Qualidade Educação Infantil (2009).

### **3.1 Pesquisas sobre a Qualidade na Educação Infantil**

As pesquisas sobre a qualidade no nível de ensino que atende crianças de 0 aos 6 anos vem crescendo nos últimos anos. Elas buscam diagnosticar, entre outros elementos, os fatores que influenciam esse atendimento, o que querem os sujeitos envolvidos e o que de fato se faz pela educação infantil.

Uma pesquisa realizada nesse sentido no Brasil foi a *Consulta sobre a Qualidade da Educação Infantil*, em uma parceria da Campanha Nacional pelo Direito à Educação com o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, este tem grande relevância, pois se articula com os Fóruns de educação infantil do Brasil, que promovem debates e mobilizações de pessoas interessadas aos assuntos sobre a infância.

A pesquisa buscou captar as falas das pessoas envolvidas, adultos e crianças, com as 53 instituições de educação infantil envolvidas, localizadas nos Estados do Ceará, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os instrumentos utilizados foram: fichas de identificação

da instituição; fichas de identificação e questionário para os diversos segmentos de entrevistados; instrumentos específicos para entrevista coletiva com as crianças.

Para orientar os pesquisadores quanto à correta coleta dos dados, foram elaborados manuais e cada equipe ficou responsável por treinar seus auxiliares. Para a organização e codificação dos dados foram elaboradas planilhas.

Os resultados das entrevistas trazem várias discussões, entre elas a formação do educador, o desejo das crianças ao irem para a escola, as concepções existentes nas instituições e as mudanças que parecem necessárias.

Outras pesquisas realizadas sobre a qualidade da educação infantil são comentadas em um trabalho de levantamento de dados, realizado pela UNESCO dentro do projeto *Revisão de Políticas e Serviços de Educação Infantil no Brasil*. O principal objetivo desse trabalho não foi realizar uma análise crítica, e sim, o simples levantamento dos resultados recentes sobre o tema no Brasil.

Para a produção do trabalho, foi dada a preferência aos textos com dados empíricos, cotejando textos pertinentes ao assunto, sobre a avaliação da qualidade, numa perspectiva teórica.

Propositamente, foi escolhido o período de 1996 a 2003, em virtude das mudanças legais que ocorreram no Brasil, ao atendimento da criança pequena, principalmente após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB (1996)

O levantamento de dados buscou “*localizar estudos apresentados na mais importante reunião científica da área, a Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação/ANPED, no Grupo de Trabalho Educação da Criança de 0 a 6 anos (GT 7)*”. (FÜLLGRAF, WIGGERS, CAMPOS)

Segundo esse trabalho, alguns aspectos correspondem aos principais fatores que determinam a qualidade do atendimento a crianças pequenas, sendo eles: formação de profissionais, propostas pedagógicas, condições de funcionamento, práticas educativas e relações com as famílias. Justamente pela relevância desses temas, eles foram abordados na referida pesquisa de levantamento de dados.

### **3.2 Padrão de infraestrutura para a educação infantil**

No ano de 2006 a Secretaria de Educação Básica - SEC, em consonância com o Ministério da Educação – MEC, produziu e lançou um documento contendo concepções,

reforma e adaptação dos espaços físicos em que se realiza a educação infantil no Brasil: os *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil*.

Esse documento foi elaborado em parceria com educadores, arquitetos e engenheiros através de oito seminários regionais, realizados em Belo Horizonte, Natal, Belém, Recife, São Paulo, Porto Alegre, Goiânia e Manaus. Embasou o documento, as pesquisas do Grupo Ambiente-Educação (GAE), que desenvolve projetos de ambientes escolares, buscando a qualidade das relações entre o espaço físico das instituições, a proposta pedagógica e o desenvolvimento infantil.

### **3.3 Parâmetros de Qualidade na Educação infantil**

A Secretaria da Educação Básica, em parceria com o MEC elaborou os *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil* – Volumes 1 e 2 (2006), produzido com a participação de secretários, conselheiros, técnicos, especialistas, professores e outros profissionais.

Trata-se de um apoio, que referencia a organização e o funcionamento dos sistemas de ensino com o objetivo de melhorar a qualidade da educação infantil oferecida no Brasil, propondo requisitos necessários para o desenvolvimento integral da criança até seis anos, nas instituições que as atende.

O primeiro Volume apresenta os seguintes elementos:

...uma concepção de criança, de pedagogia da Educação Infantil, a trajetória histórica do debate da qualidade na Educação Infantil, as principais tendências identificadas em pesquisas recentes dentro e fora do país, os desdobramentos previstos na legislação nacional para a área e consensos e polêmicas no campo (BRASIL, SEC/MEC, 2006).

O Volume II aborda as competências dos sistemas de ensino, uma breve caracterização das instituições de educação infantil no Brasil, enfim, os parâmetros de qualidade para essas instituições, dividindo os aspectos quanto à proposta pedagógica; à gestão; às professoras, aos professores e aos demais profissionais; às interações de professores, gestores e demais profissionais; e à infraestrutura.

### **3.4 Documento: Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**

Esse documento, também lançado pela SEC/MEC, três anos após a publicação dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil tem como objetivo “traduzir e detalhar esses parâmetros em indicadores operacionais” (BRASIL, SEC/MEC, 2009).

Trata-se de um quadro de autoavaliação e proposição de melhorias, em diversas dimensões, a saber: planejamento institucional; multiplicidade de experiências e linguagens; interações, promoção da saúde, espaços, materiais e mobiliários; formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais; cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.

Para cada dimensão é determinado um grupo de trabalho que irá discutir e completar as tabelas determinadas, pintando com as cores verde, amarelo e vermelho, respeitando a ordem de qualidade. Esses quadros respectivos às dimensões fazem parte desse documento, e a proposta apresentada é que cada grupo receba uma fotocópia de sua parte para poder completar.

Cada grupo tem um coordenador, e as discussões relevantes de sua equipe é levada em plenária, sempre com o intuito de propor melhorias à escola, a partir do diagnóstico dos pontos forte e fracos em cada aspecto.

### **3.5 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**

Em 1999, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CEB nº 1), a serem observadas na elaboração, organização, articulação e avaliação das propostas pedagógicas das instituições que oferecem educação infantil.

Apresentam o número de oito diretrizes, que discorrem sobre os princípios a serem observados para garantir a qualidade da proposta pedagógica e, conseqüentemente, do atendimento às crianças, destacando a gestão democrática, a elaboração dos regimentos escolares, o atendimento dos direitos básicos das crianças, a organização dos tempos e espaços e as estratégias de avaliação.

Dez anos depois, realizou-se a revisão dessas diretrizes, para atender aos novos desafios apresentados à educação infantil, e conferir os avanços alcançados a partir da sua instituição.

Apresentou-se um projeto de resolução que fixa as diretrizes curriculares para esse nível de ensino e revoga a Resolução CNE/CEB nº 1/99.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação Infantil vive atualmente um intenso processo de revisão de concepções sobre a educação de crianças pequenas em espaços coletivo, sobre as práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças.

A definição do conceito de qualidade no atendimento de crianças de educação infantil não é simples, nem pode ser medida com tabelas próprias da área de administração de empresas, justamente pelo caráter humanitário que a educação, em qualquer nível, apresenta.

Conceituar qualidade na educação da primeira infância deve, primeiramente, levar em conta o contexto no qual a instituição de educação infantil está inserida, pois é o momento sócio-histórico e são os sujeitos envolvidos quem definirão o que querem e qual a qualidade que esperam no atendimento de suas crianças.

Assim, faz-se necessário, antes de tudo, a participação democrática no levantamento dos critérios a serem observados na elaboração de indicadores para manter a qualidade da educação infantil em um dado espaço social.

Isso significa dizer que definir a qualidade no atendimento das crianças até os seis anos de idade não tem receita pronta e igual a todas as instituições nem é tarefa para os gestores que estão longe da realidade. É necessário o levantamento de dados reais sobre o contexto atual da instituição, bem como dos anseios e desafios evidenciados pelos participantes.

Muitas pesquisas são realizadas sobre esse tema, pondo em discussão a qualidade e seus critérios e outros que abrangem o universo da criança pequena. Esses estudos e debates representam o avanço da educação infantil, já que discutem a situação atual, os desafios e as melhorias que podem ser realizadas para a evolução do atendimento de crianças pequenas no Brasil.

No intuito de melhorar a oferta de educação infantil do país, o governo brasileiro tem produzido documentos direcionados a esse nível de ensino, a serem distribuídos a todas as instituições de educação infantil, a fim de nortear o trabalho das mesmas e de buscar a qualidade no atendimento.

É o caso das publicações do Ministério da Educação, tais como: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 1999; Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil,



2006; Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil, Volume 1 e 2, 2006; Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças, 2009; e Indicadores da qualidade na Educação Infantil, 2009.

A elaboração desses documentos conta com a participação de estudiosos da área, especialistas e pessoas inseridas na realidade, o que significa dizer que é indiscutível a qualidade dessas produções, no sentido de garantir avanços quando são aplicados. Porém, o questionável é o acesso desses documentos pelas instituições de educação infantil e sua correta aplicação. Será que todas as instituições receberam as publicações a que tinham direito? Será que receberem orientação de como utilizar e/ou aplicar as propostas para a melhoria do atendimento? Como os gestores e profissionais da educação infantil estão compreendendo o processo de avaliação? E a comunidade escolar está sendo envolvida no processo?

Muitos avanços ocorreram na educação infantil nos últimos anos, a partir da Constituição Federal de 1988, mas especialmente depois da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, em 1996. Porém, observa-se que há muito que se avançar e esses novos passos ocorrerão apenas se as pessoas que estão envolvidas com a educação infantil realmente conhecerem e compreenderem as políticas públicas e as pesquisas referentes a esse nível de ensino. As melhorias, valorizações e a qualidade só serão garantidas com o engajamento ativo e participativo das pessoas envolvidas no atendimento da criança pequena.

## **REFERÊNCIAS**

ANTUNES, Celso. **Educação Infantil: prioridade imprescindível**. Petrópolis / RJ: Vozes, 2004.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Tereza; SOLE, Isabel. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEC, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEC, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil**. V. 1. Brasília: MEC/SEC, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil**, Volume 2. Brasília: MEC/SEC, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília: MEC/SEC, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Indicadores da qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEC, 2009.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Consulta sobre qualidade da educação infantil**: o que pensam e o que querem os sujeitos deste direito. São Paulo: Cortez, 2006.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. **Qualidade na Educação da Primeira Infância**: perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia. Qualidade na educação Infantil: uma perspectiva internacional. In: **I Simpósio Nacional de Educação Infantil**: Conferência Nacional de Educação para Todos. MEC. Brasília-1994.

ZABALZA, Miguel. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.